



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRESIDÊNCIA

Ref.: Protocolo PAE n.º 2883/2022

DECISÃO

Vistos em exame.

1. Considerando as informações contidas nos autos do presente processo administrativo, e acolhendo o parecer da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência (**Parecer n.º 328/2022-APRES**), com fulcro nos arts. 25, inc. II, § 1º, 13, inc. VI, e 26, *caput*, da Lei n.º 8.666/1993, na Súmula TCU n.º 252, na Orientação Normativa n.º 18/2009 – AGU, na Decisão n.º 439/1998 - Plenário, do Tribunal de Contas da União, nos Acórdãos TCU n.º 2993/2018-Plenário e n.º 1565/2015-Plenário, **ratifico** a decisão exarada pela Diretoria-Geral que, por **inexigibilidade de licitação**, autorizou a contratação direta da empresa **INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA.**, para ministrar o evento **“Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão - 16º Pregão Week”**, a 3 (três) servidores do Núcleo de Licitações deste Tribunal, na modalidade *online*, no valor total de **R\$ 10.185,00 (dez mil cento e oitenta e cinco reais)**, conforme o Documento de Oficialização da Demanda (fls. 2-3), e o Termo de Referência (fls. 14-16), desde que mantida a regularidade fiscal, trabalhista e administrativa da empresa contratada, e condicionado à disponibilidade orçamentária.
2. Desta forma, determino a emissão de nota de empenho para atender a despesa, no valor indicado pela Seção de Planejamento Orçamentário e Financeiro (fl. 33), condicionado à disponibilidade orçamentária.
3. Encaminhe-se os autos à Seção de Licitações e Contratos–SELIC/COLIC/SAOF, para as providências cabíveis, inclusive a publicação do extrato de inexigibilidade de licitação na imprensa oficial, como condição para a eficácia do ato, nos termos do que dispõe o art. 26 da Lei n.º 8.666/93.
4. Por fim, remeta-se à Seção de Planejamento Orçamentário e Financeiro para o desbloqueio do crédito orçamentário, com a posterior remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF/COFIN/SAOF) para a emissão da nota de empenho e o seu devido pagamento, além da adoção das demais providências cabíveis.

Natal, 30 de maio de 2022.

Desembargador **Gilson Barbosa**
Presidente



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSESSORIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA DA PRESIDÊNCIA

PARECER N.º 328/2022-APRES

Ref.: Protocolo PAE n.º 2883/2022

Contratação de empresa para ministrar o evento “semana nacional de estudos avançados sobre pregão - 16º Pregão Week”, na modalidade on-line. Licitação inexigível. Contratação direta autorizada pela Diretoria-Geral. Ratificação do ato pela Presidência. Possibilidade. Lei n.º 8.666/1993.

1. Trata-se de solicitação oriunda do Núcleo de Licitações, objetivando a contratação de empresa para ministrar o evento “**Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão - 16º Pregão Week**”, na modalidade on-line, com 30 (trinta) horas de capacitação, a ocorrer no período de 3 a 7 de outubro de 2022, conforme o Documento de Oficialização da Demanda (fls. 2-3) e o Termo de Referência (fls. 14-16).
2. Após a devida instrução, os autos foram encaminhados a esta Assessoria para pronunciamento acerca da possibilidade jurídica de ratificação do ato de inexigibilidade de licitação, fundamentada nos arts. 25, II, e 13, VI, da Lei n.º 8.666/1993, objeto do Despacho exarado pela Diretora-Geral deste Tribunal (fl. 57), referente à contratação direta do serviço em comento.
3. É o sucinto relatório.
4. Versam os autos sobre a inscrição de **3 (três) servidores** do Núcleo de Licitações deste Regional no evento denominado “**Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão - 16º Pregão Week**”, na modalidade on-line, com carga horária de 30 horas, promovido pela empresa **INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA.**, no valor total de **R\$ 10.185,00 (dez mil cento e oitenta e cinco reais)**, conforme o Termo de Referência (fls. 14-16) e a proposta constante à fl. 13.
5. A Diretora-Geral autorizou o pedido com fundamento no Parecer n.º 620/2022-AJDG (fls. 53-56) e na Portaria n.º 304/2015-GP, que delegou à Diretoria-Geral a competência para o exercício da função de ordenador de despesas, tendo encaminhado os autos ao Excelentíssimo Desembargador-Presidente para ratificação, nos moldes do art. 26, *caput*, da Lei n.º 8.666/1993 (fl. 57).
6. No caso em exame, a Seção de Licitações e Contratos (SELIC) posicionou-se pela possibilidade da contratação por inexigibilidade de licitação, enquadrando legalmente o caso no art. 25, II, c/c o art. 13, VI, ambos da Lei n.º 8.666/93, nos termos da Informação n.º 205/2022-SELIC (fls. 47-51), vejamos:

[...]

5. Embora a instrução do processo não tenha demonstrado, de forma expressa, o preenchimento de todos os requisitos legais mencionados, tais requisitos estão presentes, conforme a seguir exposto:

a) o evento de capacitação Pregão Week é amplamente reconhecido como referência nacional na área da modalidade licitatória Pregão, sendo

realizado anualmente, encontrando-se na 16ª edição, sempre tratando das atualizações legislativas e jurisprudenciais no âmbito dos certames licitatórios, com foco principal na modalidade Pregão, prevendo palestras e oficinas que são ministradas por profissionais renomados e especializados nas diversas áreas vinculadas às licitações, com alto nível de conhecimento e experiência, sendo essas características que o diferenciam de outros cursos existentes no mercado, tornando-o, portanto, singular para este Tribunal;

b) a notória especialização dos instrutores indicados para o referido evento de capacitação está comprovada pelos currículos desses profissionais, apresentados à fl. 12;

c) a notória especialização da empresa INP na área de licitações públicas, na qual se insere o objeto do evento de capacitação Pregão Week, pode ser comprovada pelo fato de que vários órgãos públicos têm autorizado a contratação da referida empresa por inexigibilidade de licitação, com fundamento na legislação citada (art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 13, inciso VI, da mesma Lei), como demonstram os extratos de inexigibilidade de licitação juntados por esta SELIC às fl. 35-46, emitidos pelos seguintes órgãos públicos: Ministério da Economia (fl. 35), Conselho Federal dos Técnicos Industriais (fl. 36), Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde/Superintendência Estadual no Mato Grosso do Sul (fl. 37), Prefeitura Municipal de João Pessoa (fl. 38), Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região (fl. 39), Ministério do Trabalho (fl. 40), Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (fl. 41), Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde/Superintendência Estadual no Maranhão (fl. 42), Ministério da Educação/Hospital de Clínicas de Porto Alegre (fl. 43), Supremo Tribunal Federal (fl. 44), Tribunal Superior do Trabalho (fl. 45) e Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão – TRE/MA (fl. 46);

d) a notória especialização da empresa INP também pode ser demonstrada por outros eventos de capacitação de referência que ela promove na área específica de licitações, a exemplo do Congresso Brasileiro de Pregoeiros, que também ocorre anualmente, atraindo pregoeiros de órgãos públicos de todo o País;

e) os assuntos a serem abordados e a metodologia a ser utilizada no evento de capacitação Pregão Week possuem pertinência com as atividades dos pregoeiros deste Tribunal e possibilitarão que os conhecimentos a serem adquiridos possam ser adequadamente aplicados aos objetivos institucionais deste Tribunal; f) além das características já mencionadas, o evento de capacitação Pregão Week também possui a característica de ser “curso aberto”, cujo período de realização, conteúdo e metodologia são programados pelo realizador do evento, que abre a oportunidade de inscrição a todo e qualquer interessado, não sendo cabível, em face de todas essas características, a realização de licitação, fato que justifica a contratação por inexigibilidade de licitação.

6. A singularidade do objeto não está expressamente declarada no termo de referência da contratação, s.m.j., mas poderá ser reconhecida pela autoridade competente deste Tribunal, com base nos argumentos a seguir expostos.

7. Entende-se como sendo singular aquele objeto que possui algumas características peculiares, as quais inviabilizam o estabelecimento de requisitos objetivos de competição entre os eventuais interessados em contratar com a Administração. Para a contratação de objetos dessa natureza não é suficiente, por exemplo, a adoção do menor preço como único critério de seleção dos interessados, uma vez que, nessa hipótese, poderá haver o risco de contratação de serviço ou fornecimento de má qualidade ou insatisfatório.

8. Esse é o entendimento do Tribunal de Contas da União, conforme se verifica pelos seguintes trechos do Acórdão 2.105/2009-TCU-Segunda Câmara:

“REPRESENTAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES. CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. AUDIÊNCIA DO RESPONSÁVEL. REJEIÇÃO DAS ALEGAÇÕES. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA. MULTA. [...] 2. A contratação direta realizada com amparo no art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sujeita-se à fundamentada demonstração de que a singularidade do objeto aliada ao caráter técnico profissional especializado dos serviços e à condição de notória especialização do prestador inviabilizam a competição no caso concreto.

[...]

VOTO:

[...]

8. Em se tratando de contratação direta com amparo no art. 25, inciso II, da Lei de Licitações, firmou-se o entendimento, ex vi da Decisão 427/1999-Plenário, de que a inexigibilidade de licitação “(...) sujeita-se à fundamentada demonstração de que a singularidade do objeto - ante as características peculiares das necessidades da Administração - aliada ao caráter técnico profissional especializado dos serviços e à condição de notória especialização do prestador - inviabiliza a competição no caso concreto (v. Acórdão 1858/2004-TCU-Plenário e Acórdão 157/2000-TCU-Segunda Câmara)”.

9. Nessa esteira, conforme destacado no Voto condutor Protocolo: 28832022 - Processo: 28832022 - Anexo nº 1728049 - Andamento nº 5450526 49/57 do Acórdão 852/2008-TCU-Plenário, “a natureza singular se caracteriza como uma situação anômala, incomum, impossível de ser enfrentada satisfatoriamente por todo e qualquer profissional especializado. Envolve os casos que demandam mais do que a simples especialização, pois apresentam complexidades que impedem a obtenção de solução satisfatória a partir da contratação de qualquer profissional”. Para tanto, “(...) deve o serviço ser caracterizado por marca pessoal ou coletiva (quando realizado por equipe), que o individualiza em relação aos demais”, dado que sua natureza singular impede o estabelecimento de requisitos objetivos de competição entre os prestadores (v. Acórdão 1247/2008-TCU Plenário).”

9. Assim, para o TCU, o administrador público, ao avaliar se o objeto que pretende contratar é ou não singular, deverá verificar se o referido objeto traz em si um grau de subjetividade que o torna insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos inerentes ao processo de licitação. Nessa hipótese, a contratação deverá ser realizada por inexigibilidade de licitação, devido à dificuldade de se estabelecer padrões adequados de competição para a realização de licitação.

10. No caso sob exame, as peculiaridades do serviço a ser contratado o diferenciam de outros serviços considerados comuns e inviabilizam o estabelecimento de critérios objetivos de seleção entre os eventuais interessados em contratar com este Tribunal, o que torna, portanto, inviável a competição para tal objeto.

11. Assim, a contratação sugerida está em consonância com entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União em sua Decisão nº 439/1998-TCU-Plenário, segundo o qual “as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93”.

12. Resta ainda verificar se estão atendidos os requisitos previstos no art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/1993, aplicáveis ao caso em exame:

“Art. 26.

[...] Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

[...]

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.”

13. Tais requisitos também estão atendidos, uma vez que as razões para a escolha da empresa a ser contratada encontram-se explicitadas no parágrafo 5 desta informação, enquanto a justificativa para a aceitação do preço ofertado pela referida empresa foi apresentada pela Seção de Análise Técnica de Contratações – SETEC à fl. 31

14. Diante do exposto, a contratação em exame poderá ser autorizada por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/1993.

7. Destarte, foi anexada aos autos a Proposta Comercial (fls. 5-13) para fornecimento da capacitação, contendo o material promocional do evento, no qual constam as características do treinamento proposto pela empresa. Também foram juntadas certidões (fls. 20-23) indicando a situação de regularidade administrativa, trabalhista e fiscal da empresa **INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA.**

8. Instruem os autos, ainda, os documentos de fls. 35-46, em que se verifica que a empresa indicada detém experiência na prestação de serviços a outros órgãos públicos, razão pela qual foi contratada diretamente anteriormente.

9. No que se refere ao valor da proposta, as informações prestadas pela Seção de Análise Técnica de Contratações (SETEC), à fl. 31, apontam que *o preço ofertado pela empresa Instituto Negócios Públicos Brasil encontra-se dentro do preço de mercado para o curso e modalidade pleiteados nos autos.*

10. Saliente-se, ainda, que o curso em referência está previsto no Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento (PACD), conforme se observa do Documento de Oficialização de Demanda (fls. 2-3).

11. Além disso, foi efetivada a necessária reserva orçamentária, tendo sido efetuado o pré-empenho do crédito visando à viabilização do pagamento da despesa, às fls. 33-34.

12. Quanto à inviabilidade de competição, a Súmula n.º 252 do Tribunal de Contas da União (TCU), a Orientação Normativa n.º 18/2009-AGU, além da Decisão TCU n.º 439/1998-Plenário, apontam-na nos casos em que haja serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da Lei n.º 8.666/1993, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado. Vejamos:

Súmula TCU n.º 252, “A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei n.º 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado.”

Orientação Normativa n.º 18/2009 – AGU: Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inc. II, da lei nº 8.666, de 1993,

conferencistas para ministrar cursos para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ou a inscrição em cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se de notório especialista.

Decisão TCU n.º 439/1998 - Plenário: “as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei n.º 8.666/93”.

13. A Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (AJDG), por meio do Parecer n.º 620/2022 (fls. 53-56), entendeu ser possível a contratação direta da **INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA.**, por inexigibilidade de licitação, bem como a emissão de nota de empenho e pagamento da despesa, no valor de **R\$ 10.185,00 (dez mil cento e oitenta e cinco reais)**. Em síntese, a AJDG verificou a presença simultânea dos três requisitos para a contratação direta da empresa, sem que haja licitação: serviço técnico especializado (art. 13 da Lei n.º 8.666/93), natureza singular do serviço e notória especialização. Além disso, a AJDG concluiu o seu parecer nos seguintes termos (fls. 53-56):

[...]

6. Os requisitos legais exigidos para essa hipótese de inexigibilidade de licitação são os seguintes: a) serviço técnico enumerado no art. 13 da Lei nº 8.666/1993; b) notória especialização da empresa ou do instrutor na área objeto do curso a ser contratado; c) objeto singular.

7. Corroborando o pronunciamento da Seção de Licitações e Contratos, esta Assessoria Jurídica entende que os requisitos acima elencados estão presentes na contratação em exame, uma vez que:

a) trata-se de serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, enquadrado como serviço técnico especializado pelo art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993;

b) a notória especialização da empresa para ministrar o curso está demonstrada na proposta apresentada, corroborada pelos demais documentos carreados aos autos, em particular os diversos extratos de inexigibilidades publicados no Diário Oficial da União (fls. 17-19 e 35-46) que demonstram que a empresa vem sendo contratada por outros órgãos para ministrar treinamento por meio de inexigibilidade de licitação;

c) a singularidade do objeto, salvo melhor juízo, está claramente demonstrada, restando consignado que a capacitação em apreço, que já se encontra em sua 16ª edição, tem características e conteúdos diferenciados, sendo de suma importância para a atualização de pregoeiros e equipe de apoio à comissão de licitação, sendo portanto, a que melhor atende a demanda deste Regional, bem como, trata-se de evento “aberto a terceiros”, inviabilizando sua contratação por meio de licitação.

8. Diante do exposto, caso a Administração julgue conveniente e oportuno, poderá:

a) aprovar o Termo de Referência de fls. 14-16, no que diz respeito aos aspectos de legalidade e de conveniência;

b) autorizar a contratação direta da empresa **INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA.** CNPJ 10.498.974/0001-09, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/1993, para ministrar o evento “semana nacional de estudos avançados sobre pregão - 16º Pregão Week”, na modalidade on-line, destinado à capacitação de 3 (três) servidores do Núcleo de Licitações deste Tribunal, observando-se as condições ofertadas no folder e site da referida empresa;

c) autorizar a emissão de nota de empenho para atender à despesa, no valor de R\$ 10.185,00 (dez mil cento e oitenta e cinco reais), e o posterior

pagamento dessa nota de empenho, com as retenções legais que se fizerem necessárias, depois de liquidada a despesa e desde que mantida a regularidade fiscal, trabalhista e administrativa da mencionada empresa.

9. Por fim, faz-se necessário que esse processo seja submetido à apreciação da Presidência deste Tribunal, tendo em vista a necessidade de ratificação da inexigibilidade de licitação, nos termos previstos no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993.

14. Diante do exposto, esta Assessoria não vislumbra qualquer óbice à ratificação do ato administrativo exarado pela Diretora-Geral (fl. 57), nos termos do que dispõem os artigos 25, inc. II, § 1º, e 13, inc. VI, da Lei n.º 8.666/1993 e na Decisão n.º 439/1998 - Plenário do TCU, desde que mantida a regularidade fiscal, trabalhista e administrativa da empresa contratada e, ainda, condicionado à disponibilidade orçamentária.

É o parecer.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Desembargador-Presidente deste Tribunal.
Natal/RN, 27 de maio de 2022.

Hafra Laísse S. T. Duarte
Assessora Jurídico-Administrativa da Presidência, em substituição legal

Despacho

1. Considerando o disposto na Portaria nº 304/2015-GP, que delegou à Diretora-Geral da Secretaria deste Tribunal competência para o exercício da função de ordenadora de despesas, e acolhendo o Parecer nº 620/2022-AJDG (fls. 53-56):

I - APROVO o Termo de Referência de fls. 14-16, no que diz respeito aos aspectos de legalidade e de conveniência administrativa;

II – AUTORIZO:

a) a contratação direta da empresa INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA. CNPJ 10.498.974/0001-09, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/1993, para ministrar o evento “semana nacional de estudos avançados sobre pregão - 16º Pregão Week”, na modalidade on-line, destinado à capacitação de 3 (três) servidores do Núcleo de Licitações deste Tribunal, observando-se as condições ofertadas no folder e site da referida empresa;

b) a emissão de nota de empenho para atender à despesa, no valor de R\$ 10.185,00 (dez mil cento e oitenta e cinco reais), e o posterior pagamento dessa nota de empenho, com as retenções legais que se fizerem necessárias, depois de liquidada a despesa e desde que mantida a regularidade fiscal, trabalhista e administrativa da mencionada empresa.

2. Encaminhe-se à Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência – APRES para apreciação, tendo em vista a necessidade de ratificação da inexigibilidade de licitação, nos termos previstos no art. 26, *caput*, da Lei nº 8.666/1993.

Yvette Bezerra Guerreiro Maia

Diretora-Geral

Ordenadora de Despesas por Delegação

Yvette Bezerra Guerreiro Maia - 25/05/2022 19:01:11



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
DIRETORIA-GERAL
ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA-GERAL

PARECER Nº 620/2022-AJDG

Referência: Processo Administrativo Eletrônico nº 2883/2022

Assunto: Inscrição de 3 (três) servidores do Núcleo de Licitações deste Tribunal na “semana nacional de estudos avançados sobre pregão - 16º Pregão Week”, na modalidade on-line.

1. Por intermédio do Documento de Formalização da Demanda (fls. 2-3) foi solicitada a contratação de serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, referente à inscrição de 3 (três) servidores do Núcleo de Licitações deste Tribunal na “semana nacional de estudos avançados sobre pregão - 16º Pregão Week”, na modalidade on-line.

2. Da instrução do processo destacam-se:

a) termo de referência (fls. 14-16);

b) justificativa para a escolha do evento de capacitação indicado, oferecido pela empresa INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA. CNPJ 10.498.974/0001-09, conforme item 7 do Termo de Referência (fls. 15-16) e Informação do Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento/GAPEJE à fl. 30, nos seguintes termos:

item 7 do Termo de Referência:

[...] E o INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS tem se consolidado no mercado como alta credibilidade na capacitação em licitação em razão do seletor time de instrutores e palestrantes, sua infraestrutura e material didático disponibilizado aos participantes de seus eventos.

Informação do Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento/GAPEJE à fl. 30:

[...] Cabe destacar que a “Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão - 16º Pregão Week” consiste em um evento aberto a terceiros, o que inviabiliza a licitação pelo fato de constituir-se em um objeto único, promovido pelo Instituto Negócios Públicos, empresa que possui notória especialização acerca do tema e que tem se consolidado no mercado pela excelência dos seus serviços e em razão do seletor time de instrutores e palestrantes que conduzem o evento.

c) Folder com a descrição e valor do evento de capacitação em apreço (fls. 5-13);

d) comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e administrativa da empresa a ser contratada (fls. 20-23);

e) Informação nº 109/2022-SETEC (fl. 31), emitida pela Seção de Análise Técnica de Contratações, na qual aduz o que segue:

[...]

O Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento do Gabinete de Apoio e Planejamento da EJE/RN acostou aos autos o valor praticado por evento similar, o 17º Congresso Brasileiro de Pregoeiros, de conteúdo e formato similar, também em formato híbrido, contratado por três órgãos, a saber, a Embrapa Gado de Leite, a Embrapa Cerrados e o TRE-PE, realizado em fevereiro deste ano de 2022, com valores para o formato on-line compatíveis ao evento solicitado, visando demonstrar a sua plausibilidade.

Foi verificado, também, que houve mudança no valor da 16ª Pregão Week, tendo em vista que o valor que consta no folder acostado aos autos é, para o evento on-line, de R\$ 3.985,00, porém no site o valor apresentado é de R\$ 3.395,00 por participante, conforme documento anexo.

[...]

Diante do exposto, verificamos que o preço ofertado pela empresa Instituto Negócios Públicos Brasil encontra-se dentro do preço de mercado para o curso e modalidade pleiteados nos autos.

f) valor do evento publicado pela empresa INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA. CNPJ 10.498.974/0001-09 em seu site, de R\$ 3.395,00 (três mil trezentos e noventa e cinco reais) por participante;

g) reserva orçamentária para atender à despesa com as inscrições dos servidores (fl. 33);

h) enquadramento legal da despesa como inexigível de licitação, com fundamento no art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/1993, conforme Informação nº 205/2022 da SELIC (fls. 47-51).

3. É o que importa relatar. Passa-se ao opinamento.

4. A instrução processual está direcionada para a contratação da capacitação por inexigibilidade de licitação, com fundamento nos seguintes dispositivos da Lei nº 8.666/1993:

“Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

[...]

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

[...]

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

[...]

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

[...]

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.”

5. A inscrição de servidores em evento de capacitação enquadra-se na referida hipótese de inexigibilidade de licitação, conforme entendimento pacificado na Decisão nº 439/1998-Plenário, do Tribunal de Contas da União, segundo a qual *“as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”*.

6. Os requisitos legais exigidos para essa hipótese de inexigibilidade de licitação são os seguintes: a) serviço técnico enumerado no art. 13 da Lei nº 8.666/1993; b) notória especialização da empresa ou do instrutor na área objeto do curso a ser contratado; c) objeto singular.

7. Corroborando o pronunciamento da Seção de Licitações e Contratos, esta Assessoria Jurídica entende que os requisitos acima elencados estão presentes na contratação em exame, uma vez que:

a) trata-se de serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, enquadrado como serviço técnico especializado pelo art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993;

b) a notória especialização da empresa para ministrar o curso está demonstrada na proposta apresentada, corroborada pelos demais documentos carreados aos autos, em particular os diversos extratos de inexigibilidades publicados no Diário Oficial da União (fls. 17-19 e 35-46) que demonstram que a empresa vem sendo contratada por outros órgãos para ministrar treinamento por meio de inexigibilidade de licitação;

c) a singularidade do objeto, salvo melhor juízo, está claramente demonstrada, restando consignado que a capacitação em apreço, que já se encontra em sua 16ª edição, tem características e conteúdos diferenciados, sendo de suma importância para a atualização de pregoeiros e equipe de apoio à comissão de licitação, sendo portanto, a que melhor atende a demanda deste Regional, bem como, trata-se de evento “aberto a terceiros”, inviabilizando sua contratação por meio de licitação.

8. Diante do exposto, caso a Administração julgue conveniente e oportuno, poderá:

a) aprovar o Termo de Referência de fls. 14-16, no que diz respeito aos aspectos de legalidade e de conveniência;

b) autorizar a contratação direta da empresa INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL LTDA. CNPJ 10.498.974/0001-09, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/1993, para ministrar o evento “semana nacional de estudos avançados sobre pregão - 16º Pregão Week”, na modalidade on-line, destinado à capacitação de 3 (três) servidores do Núcleo de Licitações deste Tribunal, observando-se as condições ofertadas no folder e site da referida empresa;

c) autorizar a emissão de nota de empenho para atender à despesa, no valor de R\$ 10.185,00 (dez mil cento e oitenta e cinco reais), e o posterior pagamento dessa nota de empenho, com as retenções legais que se fizerem necessárias, depois de liquidada a despesa e desde que mantida a regularidade fiscal, trabalhista e administrativa da mencionada empresa.

9. Por fim, faz-se necessário que esse processo seja submetido à apreciação da Presidência deste Tribunal, tendo em vista a necessidade de ratificação da inexigibilidade de licitação, nos termos previstos no art. 26, *caput*, da Lei nº 8.666/1993.

É o parecer.

Natal/RN, 23 de maio de 2022.

Fernanda Gaspar Guimarães
AJDG/TRE-RN

De acordo.

À consideração superior.

Priscilla Queiroga Câmara
Assessora Jurídica da Diretoria-Geral